



ISA MARINA RODRIGUES VIANA

**PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO E INFLUÊNCIA DA LICENÇA
MATERNIDADE.**

Itaperuna

2022

ISA MARINA RODRIGUES VIANA

**PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO E INFLUÊNCIA DA LICENÇA
MATERNIDADE.**

Projeto para o Trabalho de
Conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do
título de Bacharel em
Nutrição ao Centro
Universitário Redentor.

Orientador: Beatriz Della Líbera da Silva

Itaperuna

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor(a)(es) do trabalho: ISA MARINA RODRIGUES VIANA

Título do trabalho: PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO E INFLUÊNCIA DA LICENÇA MATERNIDADE.

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Título de Bacharel em Nutrição

Instituição: Centro Universitário Redentor

Área de Concentração: Nutrição com ênfase em Aleitamento Materno

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª. Beatriz Della Líbera da Silva

UniRedentor

Nutricionista Larissa Esterque Ramos

UniRedentor

Profª Danielle Castro Hoffmann

UniRedentor

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser a minha força, o meu abrigo, o meu refúgio e a luz da minha vida. Por sonhar juntamente comigo os melhores sonhos e me ajudar a realizar cada um deles. Por me ouvir e me entender mesmo no meu silêncio. Por me dar forças, me encorajar e não desistir de mim nos meus momentos de fraqueza.

À minha mãe Viviane, minha motivação. Ela que tem uma força surreal e uma fé inabalável. Agradeço por todo suporte, conselhos e broncas, mas principalmente por tudo o que fez para e por mim ao longo da minha vida. Agradeço por ser minha maior influência para me tornar uma pessoa melhor a cada dia. Dona de toda a minha admiração. Dona, assim como na música do Roupas Nova que sempre dediquei a ela.

Ao meu noivo, e espero que muito em breve, futuro marido Henri. Meu melhor amigo e confidente, razão dos meus risos fáceis e da minha afeição. Agradeço pela nossa parceria, cumplicidade, respeito e confiança. Estarei por você assim como estive por mim nos últimos anos, e espero que continuemos caminhando e sonhando (e realizando) juntos.

Aos meus familiares Dalva, Adonias, Marlos, Isac, Joana Lucia e Henri Gazal por cuidarem de mim com todo zelo, mesmo que não unidos pelo sangue. Somos unidos por algo muito maior: o amor. Agradeço por me deixarem fazer parte da vida de cada um, certamente estaria perdida sem vocês na minha vida.

Às minhas amigas de vida Gisele, Beatriz, Marcela, Hêmilly, Helena, Amanda, Suzânia, Jociane e Zuleica por estarem comigo há tanto tempo e por compartilharem os mais belos e puros momentos de amizade, apoio e amor. Sem vocês na minha vida, eu não seria completa como sou. Agradeço por todos os anos, conquistas, compreensão, ajudas e risos sem motivo.

Às minhas amigas de graduação Ingrid, Rayane e Thaís, pois em tão pouco tempo criamos um vínculo de amizade aos 40' do segundo tempo. Sem vocês, teria sido vazia e monótona a reta final da faculdade. Espero que nossa amizade dure por muitos e muitos anos.

E não menos importante, agradeço a mim. Olhar para trás nunca foi um problema, mas uma motivação. Sempre que pensava em jogar tudo para o alto, pensava que vivi “o pior dia da minha vida” diversas vezes e sempre o superei. É necessário olhar para trás para chegar lá na frente, porque às vezes o “aqui” pode ser estressante e desestimulador. Obrigada por superar, por pensar em nós, digo, em mim. A Isa do presente está muito grata pela Isa do passado e sonhadora com a Isa do futuro.

RESUMO

O aleitamento materno (AM) é um direito conferido à mãe e ao bebê com objetivo de assegurar saúde e qualidade de vida a ambos. O AM se faz tão importante que, foram criadas leis trabalhistas que garantem à mãe o afastamento remunerado de suas funções no trabalho. Apesar de toda a literatura científica voltada à necessidade de aleitamento materno exclusivo (AME) até o sexto mês de vida, não são todas as empresas adeptas à licença maternidade com período de 180 dias. Através dessa discrepância entre a necessidade e a realidade, foi realizado um estudo e uma pesquisa de campo com objetivo de entender e analisar a importância e os impactos da licença maternidade de 180 dias, além da prevalência do AME no retorno ao trabalho da lactante. Para tanto, elaborou-se um questionário cujas informações abordam fatores sociodemográficos, avaliação nutricional materna, aleitamento materno e dados do lactente, incluindo sua avaliação antropométrica. De modo unânime, dentro do escopo aplicado no presente papel, a Licença Maternidade (LM) mostrou ser grande valia para o AME daquelas que usufruíram desse direito, onde, o término deste foi motivo principal pelo fim do AME, comprometendo a lactação pelos seis meses. Desse modo, é possível concluir que há relevância da LM visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para o lactante, visto que a fase inicial do desenvolvimento infantil é fortemente marcada pela presença materna.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Licença maternidade; Qualidade de vida lactente/lactante.

ABSTRACT

Breastfeeding (BF) is a right given to mother and baby in order to ensure health and quality of life for both. BF becomes so important that labor laws were created that guarantee the mother the paid leave of absence from her duties at work. Despite all the scientific literature focused on the need for exclusive breastfeeding (EBF) until the sixth month of life, not all companies support maternity leave with a period of 180 days. Through this discrepancy between need and reality, a study and field research were carried out with the objective of understanding and analyzing the importance and impacts of the 180-day maternity leave, in addition to the prevalence of EBF in the return to work of the breastfeeding mother. To this end, a questionnaire was prepared (Appendix 1), whose information addresses sociodemographic factors, maternal nutritional assessment, breastfeeding and infant data, including its anthropometric assessment. It concludes the imperial relevance of Maternity Leave in order to provide a better quality of life for the infant/lactating mother, since the initial phase of child development is strongly marked by the mother's presence. Unanimously, within the scope applied in this paper, the Maternity Leave (ML) proved to be of great value for the EBF of those who enjoyed this right, where the end of this was the main reason for the end of the EBF, compromising lactation for six months. Thus, it is possible to conclude that the ML is relevant in order to provide a better quality of life for the infant, since the initial phase of child development is strongly marked by the mother's presence.

Keywords: Breastfeeding; Maternity leave; Quality of life for the infant/lactating.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 METODOLOGIA.....	2
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	2
4 CONCLUSÃO	5
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS.....	5
APÊNDICE A.....	16
ANEXO 1	9

PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO E INFLUÊNCIA DA LICENÇA MATERNIDADE

Isa Marina Rodrigues Viana¹; Beatriz Della Líbera da Silva²

¹Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Uniredentor/Afya, Itaperuna, Rio de Janeiro.

²Doutora em Ciências Nutricionais, Centro Universitário Uniredentor/Afya, Itaperuna, Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação. Lactante. Lactente.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

1 INTRODUÇÃO

A chegada de um filho gera mudanças físicas, psicológicas, financeiras e rotineiras na vida da mulher, além de exigir dedicação, responsabilidade e tempo. O que pode se tornar um grande desafio para aquelas que trabalham fora e não podem abdicar do seu trabalho para se tornarem donas de casa. (SILVA, 2009)

Toda grávida ou mulher que teve filho recentemente, que é contribuinte do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), tem direito à licença maternidade, isto é, um benefício conferido à mãe de se ausentar de suas atividades laborais por um período de 120 dias para se adaptar às novas rotinas de casa e se dedicar à maternidade, o que inclui o aleitamento materno. Todavia, o período de licença maternidade pode se estender, mas fica a critério da empresa aderir ao Programa Empresa Cidadã (PEC); assim, o INSS assegura o pagamento dos 120 dias e a empresa passa a se responsabilizar pelo pagamento dos 60 dias restantes. Contudo, considerando estudos realizados nos anos entre 2010 e 2013 apenas 2,85% das 614.171 empresas aderiram ao programa, obtendo um número ínfimo. Tais fatos reforçam a ideia de que a extensão da licença maternidade traz benefícios às mães e aos filhos, assim como às empresas, que terão funcionárias mais atentas, esforçadas e satisfeitas. (IPEA, 2022)

No Aleitamento Materno Exclusivo (AME) a criança deve receber unicamente o leite materno, ao longo dos seis meses de vida, sendo admitido apenas o uso de

medicamentos em gotas. Líquidos, tais como: água, sucos e chás não fazem parte do AME, dado que o leite materno é capaz de fornecer a água adequada para a hidratação. Ademais, o AME é fundamental tanto para o lactente, sobretudo no que tange ao desenvolvimento da cavidade oral da criança, ao fortalecimento do sistema imunológico e à diminuição do risco de morbimortalidade por doenças respiratórias e diarreicas, como para a lactante, uma vez que previne o ingurgitamento mamário, fissuras no mamilo, mastite, protege contra o câncer de mama e de ovário, além de agir como método anticoncepcional por suprimir a ovulação devido à secreção de prolactina, além de criar o vínculo mãe-bebê (BRASIL, 2015).

Com base no exposto acima, o estudo teve como objetivo investigar a prática do aleitamento materno e a influência da licença maternidade no mesmo em mulheres residentes no município de Laje do Muriaé, RJ.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo transversal realizado com mulheres com filhos nascidos a partir de 2016, atendidas na Unidade de Saúde da Família em Laje do Muriaé-RJ. A pesquisa foi realizada no mês de Outubro de 2022 e as participantes foram captadas durante o atendimento de seus filhos no setor de vacinação da unidade. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário contendo informações acerca das características sociodemográficas, prática do aleitamento materno e características do lactente.

O projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UniRedentor e, após sua aprovação, a pesquisa foi realizada. As mulheres que atenderam aos critérios de inclusão e que aceitaram participar da pesquisa após o esclarecimento quanto aos procedimentos e objetivos e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foram incluídas na pesquisa juntamente com seus filhos. Os dados foram tabulados e analisados na forma de frequências, utilizando-se o programa Excel.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final foi composta por 10 mulheres, com idade entre 18 e 35 anos, e seus respectivos filhos. Do total de mulheres avaliadas, apenas 40% trabalhavam no momento da entrevista. Além disso, a maioria possui ensino médio completo, não possui ocupação, vive com o companheiro, possui a cor da pele preta e não pratica atividade

física.

Das que trabalham, 75%, amamentaram entre 4 e 5 meses e relatam ter parado de amamentar antes dos seis meses devido ao fim da licença maternidade.

Apenas 25% não amamentaram exclusivamente seus filhos até o sexto mês de vida, por não aceitação do bebê.

No total da amostragem, 30% não receberam orientações sobre o aleitamento materno sendo que 20% não deram continuação à amamentação exclusivamente a seus filhos até os seis meses, por conta da recusa do bebê.

Dentre os 70% que receberam orientações sobre o aleitamento materno, 42% não continuaram o AME, por causa da necessidade de retornar ao trabalho. Elas relataram que o motivo da suspensão do AME se deve ao fato de passarem o dia inteiro fora e, mesmo recebendo direito de licença amamentação, o bebê já não aceitava mais o peito e mamava apenas na mamadeira.

Seguindo os resultados, 60% amamentaram seus filhos após os seis meses de vida. Sendo 50% do lar e 10% autônoma. Vale ressaltar que o período do aleitamento materno variou entre 11 e 19 meses.

Apesar da pesquisa apontar não predominância no número de mulheres com alguma ocupação antes e durante a gestação, leva-se em consideração que, historicamente, a mulher era responsável por cuidar da casa e dos filhos. Nos últimos tempos, nota-se a presença feminina no mercado de trabalho com o intuito de cooperar com a renda familiar e também se sentir independente, sobretudo, financeiramente. Embora muitas mulheres-mães continuem exercendo a função do lar, a tomada de decisão, por elas, tem refletido nas inúmeras e consistentes transformações ocorridas na família, seguida pelas mudanças sociais, culturais e econômicas, promovendo novos costumes, valores e comportamentos (DONADELI et al., 2016). Tais mudanças apresentaram mudanças também no que se refere à formação da família, podendo ser constatada na pergunta quanto à situação marital, do total interrogado, 60% são casadas ou vivem com o companheiro.

No tocante ao Aleitamento Materno (AM) na maternidade, foi possível verificar que dentre as mães entrevistadas, a maioria ofereceu ao bebê apenas o leite materno.

Muniz (2010) assegura que no AM há muitos benefícios para a saúde e desenvolvimento completo da criança, além de apresentar menor risco de enfermidades para a lactante e o lactente. Ademais, a relevância do AM no que tange ao orçamento familiar e também para o estado se efetiva pelo fato de se evitar despesas com possível

uso de medicações, necessidade de atendimentos ambulatoriais e hospitalares por conta de morbidades acarretadas devido a uso de alimentos artificiais. Acrescenta ainda que crianças amamentadas com leite materno se tornam mais magras quando comparadas àquelas que foram amamentadas com fórmulas. E, não há necessidade de outros alimentos para complementação do leite materno.

Ao tecer sobre o Aleitamento Materno Exclusivo (AME), a maioria interrompeu a amamentação antes dos 6 meses de vida da criança. De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI, 2019), a adoção da prática do AME em lactentes até seu sexto mês de vida, seguido do aleitamento materno reforçado com demais alimentos, possibilitaria salvar a vida de mais de 800 mil crianças e 20 mil mães em todo o mundo. Ainda segundo o ENANI, em seu estudo realizado no ano de 2019, foi constatada baixa prevalência de AME, sendo observado em apenas 45,8% em todo o Brasil.

Campos et al., (2015) testifica que há evidências de que tem despontado muitos agravos decorrentes à falta de exclusividade do aleitamento materno, a saber: “enterocolite necrosante, diabetes, alergias, pneumonias, entre outros” (PARIZOTO, 2015, p.7).

O ato de a mãe segurar e manipular o recém-nascido faz com que ele se concentre na mãe, no tocante a termos vitais e isso se torna mais importante que o próprio alimento. Assim sendo, o ato de sucção revela duas funções, sendo uma voltada para a nutritiva e outra não nutritiva. Esta tem um valor maior que aquela, pois intenciona manter um contato mais próximo do bebê com a mãe. Tais ações são imprescindíveis para o desenvolvimento integral e saudável da criança (BOWLBY, 2002).

Referente ao retorno ao trabalho pós-licença maternidade é importante salientar que o Artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal/88 traz em seu bojo a garantia da Licença Maternidade (LM) por 120 (cento e vinte) dias à mulher que trabalha, sem prejuízo do emprego e do salário. Além disso, ela tem o direito à Licença Amamentação concedido pela CLT, em seu Artigo 396, que busca estabelecer a necessidade de se conceder dois intervalos de 30 minutos cada um, ao funcionário/empregado, no decurso da jornada de trabalho, para amamentação. Todavia, muitas mulheres-mães optam pelo desmame precoce, visando a dedicação ao trabalho e, provavelmente, pelo receio de não apresentar melhor rendimento no trabalho, podendo acarretar desemprego e passar por dificuldade de manter ajuda financeira na família.

E, por fim, foi realizado um levantamento dos dados das crianças. É possível

menção, a partir das respostas das mulheres-mães entrevistadas, quanto ao sexo que são 60% femininos. No que se tange à idade, pauta-se entre 22 meses e 6 anos de idade, sendo bebês o predomínio maior. No que se refere ao peso e estatura, notou-se que embora as entrevistadas sejam um pouco leigas no tocante ao AME, AM, bem quanto aos cuidados com uma alimentação mais saudável, todas as crianças mantêm peso e altura dentro do padrão aceitável.

4 CONCLUSÃO

A literatura sugere que políticas públicas como a licença-maternidade são práticas efetivas para aumentar a AME, contudo, apenas as trabalhadoras que possuem vínculo empregatício formal podem usufruir desse benefício. Não obstante, as leis trabalhistas no Brasil apenas cobrem 120 dias, não atingindo as recomendações mínimas da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 180 dias.

Desse modo, é possível concluir que licença-maternidade favorece muito a prática do AME em neonatos com menos de seis meses de vida. É evidente a importância desse benefício para as mulheres inseridas formalmente no mercado de trabalho. Contudo, há carência de iniciativas no país, tanto em âmbito público quanto privado, para ampliar a licença-maternidade para o período de seis meses, favorecendo a prática do AME por todo o período.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde da criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar**. Brasília. 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.
- MUNIZ, Marden Daniel. **Benefícios do aleitamento materno para a puérpera e o neonato: A atuação da equipe de saúde da família**. UFMG. Faculdade de medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Formiga, 2010.
- UFRJ. Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (108 p.). Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 27 de nov. 2022.

APÊNDICE A

Dados de identificação e sociodemográficos

Data de nascimento: ____/____/____

- Nível de instrução: (1) Analfabeta;
(2) Ensino fundamental incompleto;
(3) Ensino fundamental completo;
(4) Ensino médio incompleto;
(5) Ensino médio completo;
(6) Superior.

Ocupação: _____

Situação marital:

- (1) Casada/vive com o companheiro;
(2) Vive sem o companheiro.

Cor da pele:

- (1) Branca;
(2) Preta/Negra;
(3) Parda;
(4) Indígena;
(5) Amarela.

Pratica atividade física? (1) Sim (2) Não

Se sim, qual e frequência: _____.

Avaliação nutricional materna

Peso pré-gestacional: _____ kg

IMC pré-gestacional: _____ kg Classificação: (1) BP (2) N (3) SP (4) OB

Peso atual: _____ kg

Estatura: _____ kg

IMC atual: _____ kg Classificação: (1) BP (2) N (3) SP (4) OB

Aleitamento materno

Alimentação do RN na maternidade/hospital:

- (1) AM;
(2) Fórmula;
(3) AM + Complementação.

Condições da amamentação:

Recebeu orientações sobre aleitamento materno:

- (1) no pré-natal;
(2) no puerpério imediato;
(3) não recebeu.

Se recebeu, de quem:

- (1) profissional da saúde;
(2) família;
(3) amigos/vizinhos;

(4) outros _____.

Problemas com o AM:

- (1) fissuras;
- (2) dor;
- (3) dificuldade com a pega;
- (4) mastite;
- (5) não tinha leite;
- (6) problemas com o bico;
- (7) outro _____;
- (8) nenhum problema.

Amamentou exclusivamente:

- (1) < 30 dias;
- (2) entre 1 e 3 meses;
- (3) entre 4 e 5 meses;
- (4) por 6 meses;
- (5) não amamentou.

Se não amamentou, motivo: _____.

Nos primeiros 6 meses, ofereceu água, chá, refresco ou suco?

- (1) sim;
- (2) não.

Se ofereceu, motivo: _____.

Introdução de outros alimentos (exceto outros leites/fórmula): _____ meses.

Tempo total do aleitamento materno exclusivo: _____ meses.

Tempo total do aleitamento materno: _____ meses.

A respeito da licença maternidade:

Apresentava alguma ocupação ao final da gestação?

- (1) sim;
- (2) não.

Se sim, qual: _____.

Teve direito a licença maternidade?

- (1) sim;
- (2) não.

Período da licença:

- (1) 120 dias (4 meses);
- (2) 180 dias (6 meses);
- (3) outro período: _____.

Retornou ao trabalho após a licença maternidade:

- (1) sim;
- (2) não.

Ainda amamentava o bebê ao fim do período da licença maternidade:

(1) sim;

(2) não.

Se não, motivo: _____.

Amamentou o bebê no período da licença amamentação:

(1) sim;

(2) não.

Se não, motivo: _____.

O retorno ao trabalho influenciou no aleitamento materno exclusivo?

(1) sim;

(2) não.

Se sim, motivo: _____.

Ao retornar ao trabalho, deixou o bebê sob responsabilidade de:

(1) cônjuge;

(2) babá;

(3) familiar: _____;

(4) creche particular;

(5) creche disponibilizada pela empresa;

(6) outro: _____.

Se sentiu segura em deixar o bebê sob responsabilidade de terceiros:

(1) sim;

(2) não.

Caso a empresa que trabalha disponibiliza apenas 120 dias de licença, trabalharia em outra empresa que disponibiliza 180 dias?

(1) sim;

(2) não.

Dados da criança

Sexo: (1) masculino (2) feminino

Data de nascimento: ____/____/____

Idade: _____ meses

Peso: _____ kg

Comprimento: _____ cm

Perímetro cefálico: _____ cm.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC NO SITE DA UNIRENTOR**Autor (a):** Isa Marina Rodrigues Viana**Matrícula:** 1801963**RG:** 29.477.644-4**CPF:** 167.464.717-48**Título do Trabalho:** Prática do Aleitamento Materno e Influência da Licença Maternidade**Número de Páginas:** 5**Data da defesa:** 10/12/2022**Orientador:** Beatriz Della Líbera da Silva**Curso:** Nutrição

Autorizo o Centro Universitário Redentor, de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da publicação supracitada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF ou similar, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada por seus cursos.

Itaperuna, 10 de Dezembro de 2022



Assinatura do (a) autor